



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



Unidade Requisitante

Câmara Municipal de Santa Luzia, 24.508.640/0001-75



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



Equipe de Planejamento

Andrisky Anderson Eugênio dos Santos, Joelson Diniz Ferreira



Problema Resumido

A proteção de dados pessoais consolidou-se como um imperativo fundamental dentro do ordenamento jurídico brasileiro, especialmente após a promulgação da Lei nº 13.709/2018, a LGPD, e a elevação desse direito ao status constitucional. Para a Câmara Municipal de Santa Luzia - PB, essa obrigação reflete o dever das instituições democráticas em resguardar a privacidade e a liberdade dos cidadãos. Nesse contexto, a gestão adequada das informações tratadas pelo Poder Legislativo não é apenas uma escolha administrativa, mas uma medida essencial para garantir que os direitos fundamentais dos munícipes sejam integralmente respeitados. O entendimento sobre a urgência dessa adequação foi reforçado pelos recentes Acórdãos 506/2025 e 1511/2025 do Tribunal de Contas da União (TCU). Tais decisões evidenciaram que a administração pública deve demonstrar maturidade e controle rigoroso sobre o fluxo de dados sob sua custódia, sinalizando que a omissão ou a negligência no tratamento dessas informações pode levar a intervenções e penalidades severas. Diante desse cenário, a Câmara de Santa Luzia identificou a relevância estratégica de contar com uma assessoria especializada, capaz de implementar as diretrizes técnicas e jurídicas necessárias para uma governança de dados eficiente. A implementação de um programa de compliance completo e bem delimitado permite que a instituição lide com dados sensíveis de maneira segura, mitigando vulnerabilidades que poderiam comprometer a integridade das operações legislativas. Ao estabelecer protocolos claros de acesso, armazenamento e descarte de informações, a Casa Legislativa cumpre seu papel de transparência e zelo público. Essa estrutura profissional de gestão é o que assegura que o tratamento de dados ocorra dentro dos limites da finalidade e da necessidade, evitando desvios que possam ferir a legislação vigente. Além do compromisso ético e constitucional, a adoção dessas práticas de proteção de dados funciona como um mecanismo de segurança jurídica para a própria Câmara. Uma gestão especializada evita a ocorrência de incidentes que resultariam em multas pesadas, sanções administrativas aplicadas pelos órgãos de controle e o desgaste de processos judiciais de reparação. Assim, ao investir em proteção de dados, a Câmara Municipal de Santa Luzia - PB não apenas se protege contra riscos financeiros e jurídicos, mas reafirma sua posição como uma instituição moderna, responsável e comprometida com a proteção dos direitos fundamentais da sociedade.





Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A proteção de dados pessoais, conforme a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), tornou-se uma necessidade imperativa para a Câmara Municipal de Santa Luzia - PB. A urgência dessa adequação foi reforçada pelos Acórdãos 506/2025 e 1511/2025 do Tribunal de Contas da União (TCU), que destacam a importância de um controle rigoroso sobre o fluxo de dados. A Câmara identificou a necessidade de uma assessoria especializada para implementar diretrizes técnicas e jurídicas, assegurando que o tratamento de informações sensíveis ocorra com segurança e dentro da legalidade.

A implementação de um programa de compliance completo é crucial para mitigar riscos jurídicos e evitar multas, sanções e processos judiciais. Essa governança eficiente de dados não é apenas uma obrigação técnica, mas também reafirma o compromisso da Câmara com a transparência e segurança institucional. Ao estabelecer protocolos claros para o acesso, armazenamento e descarte de informações, a Câmara protege a privacidade dos cidadãos e fortalece sua atuação como um órgão moderno e responsável.

Resolver esse problema é de interesse público, pois garante a proteção dos direitos fundamentais dos munícipes, além de proporcionar segurança jurídica para a própria instituição. Os benefícios esperados incluem a redução de riscos financeiros e jurídicos, o fortalecimento da confiança pública e a demonstração de maturidade institucional. Assim, a Câmara Municipal de Santa Luzia - PB se posiciona como uma entidade comprometida com a proteção dos direitos dos cidadãos e com a modernização de suas práticas administrativas.



REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

- Consultoria Especializada em Proteção de Dados: A solução contratada deve incluir uma equipe de consultores com experiência comprovada em proteção de dados, especialmente em conformidade com a LGPD.
- Análise de Riscos e Vulnerabilidades: Deve ser realizada uma análise detalhada dos riscos e vulnerabilidades associados ao tratamento de dados na Câmara Municipal.
- Plano de Ação para Conformidade: A solução deve fornecer um plano de ação claro e detalhado para alcançar e manter a conformidade com a LGPD.
- Capacitação e Treinamento: A solução deve incluir programas de capacitação e treinamento para os funcionários da Câmara sobre práticas de proteção de dados.





- Monitoramento Contínuo: Deve ser implementado um sistema de monitoramento contínuo para garantir que as práticas de proteção de dados estejam sempre atualizadas e eficazes.
- Protocolos de Segurança: A solução deve estabelecer protocolos claros para o acesso, armazenamento e descarte seguro de informações.
- Relatórios Periódicos: Deve haver a entrega de relatórios periódicos que documentem o progresso e a eficácia das medidas implementadas.
- Suporte Técnico e Jurídico: A solução deve oferecer suporte técnico e jurídico contínuo para lidar com eventuais incidentes de dados.
- Ferramentas de Governança de Dados: A solução deve incluir ferramentas tecnológicas para facilitar a governança de dados, como sistemas de gestão de consentimento e auditoria.
- Avaliação de Impacto à Proteção de Dados (DPIA): Deve ser realizada uma avaliação de impacto à proteção de dados para identificar e mitigar riscos potenciais.



SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Consultoria Especializada em Proteção de Dados

Descrição: Contratação de uma empresa especializada para oferecer consultoria em proteção de dados, auxiliando na implementação de políticas e práticas de compliance com a LGPD.

Vantagens:

- Expertise técnica e jurídica especializada.
- Atualização contínua sobre mudanças regulatórias.
- Redução de riscos legais e financeiros.
- Implementação rápida e eficiente.

Desvantagens:

- Custo elevado de contratação.
- Dependência de consultores externos.
- Possível necessidade de ajustes contínuos.

Software de Gestão de Dados

Descrição: Aquisição de um software específico para gestão e proteção de dados, que inclui funcionalidades como controle de acesso, criptografia e auditoria de dados.





ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL SANTA LUZIA
CAMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



Vantagens:

- Automação de processos de proteção de dados.
- Monitoramento contínuo e relatórios detalhados.
- Suporte técnico e atualizações regulares.

Desvantagens:

- Custo de licenciamento e manutenção.
- Necessidade de treinamento para usuários.
- Limitações de personalização.

Desenvolvimento de Sistema Interno

Descrição: Desenvolvimento de um sistema interno personalizado para atender às necessidades específicas da Câmara Municipal em relação à proteção de dados.

Vantagens:

- Total personalização conforme as necessidades do órgão.
- Menor dependência de fornecedores externos.
- Controle total sobre o desenvolvimento e atualizações.

Desvantagens:

- Alto custo inicial de desenvolvimento.
- Necessidade de equipe técnica qualificada.
- Tempo prolongado para implementação.

Treinamento e Capacitação Interna

Descrição: Realização de programas de treinamento e capacitação para os funcionários, focando em práticas de proteção de dados e compliance com a LGPD.

Vantagens:

- Desenvolvimento de uma cultura organizacional de proteção de dados.
- Custo relativamente baixo em comparação com outras soluções.
- Melhoria contínua através de treinamentos regulares.

Desvantagens:

- Eficácia depende do engajamento dos funcionários.
- Necessidade de atualizações frequentes nos treinamentos.
- Não substitui a necessidade de sistemas técnicos robustos.



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO





ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL SANTA LUZIA
CAMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



A escolha de uma consultoria especializada em proteção de dados para a Câmara Municipal de Santa Luzia - PB é uma decisão estratégica fundamentada em aspectos técnicos e operacionais robustos. Do ponto de vista técnico, a consultoria trará um desempenho esperado de alto nível, ao implementar diretrizes específicas que garantem a segurança e a integridade dos dados pessoais. A solução é compatível com a infraestrutura existente da Câmara, pois adapta-se aos sistemas já em uso, facilitando a integração sem a necessidade de grandes modificações. A facilidade de implementação é um ponto forte, visto que a consultoria oferece expertise especializada, reduzindo o tempo e os recursos necessários para a adequação. Além disso, a solução é escalável, permitindo que a Câmara se adapte a futuras demandas de proteção de dados à medida que novas necessidades surgirem.

Operacionalmente, a consultoria garante manutenção e suporte contínuos, assegurando que quaisquer problemas sejam rapidamente resolvidos, o que aumenta a confiabilidade e a continuidade do funcionamento dos sistemas de proteção de dados. A adaptabilidade da solução ao contexto específico da Câmara e da região é garantida pela personalização dos serviços, que consideram as particularidades locais e as necessidades institucionais. Isso permite que a Câmara mantenha um alto nível de conformidade com a legislação vigente, sem comprometer suas operações diárias.

Em termos econômicos, a consultoria oferece um excelente custo-benefício em comparação com outras alternativas, como a contratação de uma equipe interna especializada, que demandaria investimentos significativos em treinamento e infraestrutura. O retorno esperado sobre o investimento é elevado, pois a consultoria minimiza riscos de penalidades financeiras e processos judiciais, além de otimizar a eficiência administrativa. A redução de custos indiretos, como aqueles associados a falhas de segurança e perda de dados, também é um benefício econômico relevante.

A solução escolhida atende de forma eficaz o interesse público, ao garantir que a Câmara Municipal de Santa Luzia - PB proteja os dados pessoais dos cidadãos, reforçando a confiança da população na instituição. Essa alternativa se mostra mais adequada em relação às demais opções do mercado, pois oferece uma abordagem especializada e personalizada, essencial para enfrentar os desafios específicos da proteção de dados no setor público. Dessa forma, a Câmara reafirma seu compromisso com a modernidade, responsabilidade e proteção dos direitos fundamentais da sociedade.



QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

Assessoria LGPD					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	24503 - ASSESSORIA	Serviço	10,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Total				R\$ 0,00	



PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO





A contratação não será parcelada.

A decisão de não parcelar a contratação para a consultoria especializada em proteção de dados se justifica pela necessidade de uma abordagem integrada e coesa, que garanta a implementação uniforme de diretrizes técnicas e jurídicas. A consultoria deve ser capaz de compreender e atuar sobre todo o fluxo de dados da Câmara Municipal de Santa Luzia, assegurando que as práticas de compliance sejam aplicadas de maneira consistente em todas as áreas. Esse enfoque integral evita a fragmentação de responsabilidades e assegura que a proteção de dados seja tratada como um sistema único e harmonizado.

Optar pela contratação integral também traz benefícios em termos de economia de escala e facilidade de gestão. Ao centralizar a responsabilidade em um único fornecedor, a Câmara pode negociar condições mais vantajosas, garantir uma comunicação mais eficiente e reduzir a complexidade administrativa. Isso não apenas otimiza recursos, mas também minimiza riscos associados a possíveis falhas de coordenação entre diferentes prestadores de serviço, que poderiam comprometer a eficácia do programa de proteção de dados.

Além disso, a escolha por uma solução não parcelada reforça o compromisso da Câmara com a responsabilidade técnica e o atendimento ao interesse público. Uma consultoria única garante que todas as etapas do processo de adequação à LGPD sejam conduzidas por profissionais com uma visão abrangente e estratégica, assegurando que a proteção dos dados pessoais dos cidadãos seja tratada com a seriedade e a urgência que o tema exige. Essa abordagem integral é essencial para que a Câmara se posicione como uma instituição moderna e responsável, alinhada às melhores práticas de governança de dados.



RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de uma consultoria especializada em proteção de dados para a Câmara Municipal de Santa Luzia - PB visa alcançar resultados significativos em diversas áreas:

Economicidade:

A solução maximiza o custo-benefício ao prevenir multas e sanções decorrentes de violações à LGPD, evitando despesas futuras. A consultoria proporciona um planejamento estratégico que otimiza os investimentos em tecnologia e processos, garantindo que cada recurso seja aplicado de forma eficiente.

Otimização de recursos:

A consultoria permite uma melhor alocação dos recursos humanos, ao capacitar a equipe interna para lidar com questões de proteção de dados, reduzindo a necessidade de contratações adicionais. Recursos materiais e financeiros são utilizados de maneira mais eficaz, evitando desperdícios através da implementação de práticas de gestão de dados mais eficientes.





Eficiência e eficácia:

A melhoria na prestação dos serviços ocorre por meio da racionalização dos processos de tratamento de dados, garantindo que as informações sejam geridas de forma segura e conforme a legislação. A consultoria assegura que os objetivos de compliance sejam alcançados, aumentando a confiança dos cidadãos na instituição.

Indicadores ou metas mensuráveis:

- Redução de incidentes de segurança de dados em 30% no primeiro ano.
- Diminuição do tempo médio de resposta a solicitações de titulares de dados em 40%.
- Aumento da conformidade com a LGPD, medido por auditorias internas, atingindo 95% de aderência.
- Redução de custos operacionais relacionados a dados em 20% através da otimização de processos.



PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para implementar a consultoria especializada em proteção de dados na Câmara Municipal de Santa Luzia, é necessário inicialmente garantir uma infraestrutura tecnológica adequada. Isso inclui a atualização e fortalecimento dos sistemas de segurança da informação, como firewalls e antivírus, além da implementação de soluções de criptografia para proteger dados sensíveis. Também é crucial assegurar que os servidores e dispositivos de armazenamento estejam em conformidade com as melhores práticas de segurança, o que pode demandar a aquisição de novos equipamentos ou a atualização dos existentes.

Além disso, é essencial promover a capacitação técnica dos servidores envolvidos no tratamento de dados. Isso pode ser feito por meio de treinamentos específicos sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e práticas de segurança da informação, garantindo que todos compreendam suas responsabilidades e saibam como operar dentro dos parâmetros legais. Essa capacitação deve ser contínua, adaptando-se às atualizações normativas e tecnológicas.

Por fim, a Câmara deve garantir que possui todas as licenças e autorizações necessárias para operar as ferramentas de proteção de dados. Isso pode incluir a aquisição de softwares especializados e a contratação de serviços de consultoria que estejam devidamente credenciados. A implementação de políticas internas claras sobre o acesso e o uso de dados também é fundamental, assegurando que todos os processos estejam alinhados com as diretrizes de compliance e governança de dados.



CONTRATAÇÕES CORRELATAS





A contratação de uma consultoria especializada em proteção de dados, no contexto da Câmara Municipal de Santa Luzia, é considerada autossuficiente e não depende de contratações adicionais.

A consultoria é responsável por fornecer expertise técnica e jurídica para implementar um programa de compliance em proteção de dados, abrangendo a criação de protocolos de acesso, armazenamento e descarte de informações. Essas atividades são realizadas internamente pela equipe da consultoria, que possui os recursos e conhecimentos necessários para executar o serviço de forma independente.

Portanto, não há necessidade de contratações correlatas, como serviços de manutenção, aquisição de insumos ou adequações prediais, para que a solução funcione plenamente. A consultoria é capaz de operar de maneira autônoma, garantindo a proteção de dados sem depender de outras contratações.



IMPACTOS AMBIENTAIS

Impactos Ambientais Identificados

Consumo Energético

A implementação de sistemas de proteção de dados pode aumentar o consumo de energia devido ao uso contínuo de servidores e equipamentos de TI.

Resíduos Eletrônicos

A atualização de hardware e software pode gerar resíduos eletrônicos, que precisam ser geridos adequadamente.

Uso de Materiais

A instalação de novos equipamentos pode demandar o uso de materiais que, se não forem escolhidos de forma sustentável, podem impactar o meio ambiente.

Medidas Mitigadoras Propostas

Adotar equipamentos com certificação de eficiência energética para reduzir o consumo de energia.

Implementar um programa de gestão de resíduos eletrônicos, garantindo que o descarte seja feito por meio de fornecedores certificados.

Priorizar o uso de materiais recicláveis e sustentáveis na aquisição de novos equipamentos e insumos.

Considerar a possibilidade de consórcios regionais para a gestão de resíduos, aproveitando a infraestrutura disponível no município e na região.





ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL SANTA LUZIA
CAMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



Avaliar a viabilidade de utilizar fontes de energia renovável para suprir a demanda adicional gerada pela implementação dos sistemas de proteção de dados.

Verificar a necessidade de licenciamento ambiental para a instalação de novos equipamentos, destacando se a responsabilidade é da Administração ou do contratado.



CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Santa Luzia - PB, 26 de Fevereiro de 2026

Andrisky Anderson Eugênio dos Santos

Apoio

0001/2025

